

“Nossa obediência à lei em si não é natural, espontânea, mas mediana pela repressão do desejo de transgredir a lei”.

Trocando em miúdos: é a lei, em si, que gera o desejo.

Trocando em miúdos: é a lei, em si, o estatuto da proibição, a norma proibitiva (mesmo que em forma positiva), que gera o “desejo” de sua própria violação.

Obedecemos à lei, enfatiza zizek, como parte de uma desesperada tentativa de desarmar o desejo de transgredí-la.

“Oficialmente, a Igreja prega a proibição dos sete pecados capitais, mas, na verdade, é ela totalmente dependente da desobediência a essas proibições, à prática constante desses pecados”. A Igreja precisa desesperadamente de pecadores, que se arrependam de seus pecados (para ela absolvê-los e tal).

Sabendo que Nietzsche decretara a morte de Deus, Dostoiévsky, segundo Sartre, teria declarado: Se não há Deus, tudo é permitido. Isto é, a permissividade impera. A sociedade permissiva, fruto do Paris 1968, heclonista e desinibida moralmente, trouxe em seu bojo ideias de liberdade (política e sexual), aparentando uma revolução nos costumes, roupas, ideias políticas, liberação de tabus e preconceitos, etc.

Mas o que de fato aconteceu foi a reapropriação, de modo vantajoso, dessas ideias revolucionárias pelo capitalismo, em sua faceta nova, pós-moderna, que as incorporou, devidamente pasteurizadas, a sua própria bagagem ideológica, do chamado liberalismo (aparente) ao fingir não ser mais repressor e autoritário (então liberal). Mas paternal e libidinoso.

Voltando a boutade dostoievskiana (se não houvesse Deus, tudo seria permitido), Lacan 80 anos depois contra-atacou: “Se não há Deus, nada é permitido”.

A tese central de Zizek é: numa condição de permissibilidade geral (quase anárquica), aconteceria um aumento, ao invés de uma diminuição, da autorregulação.

{jcomments on}